

**HABEAS CORPUS Nº 502.521 - SP (2019/0095591-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : FABIO MARINARI GONCALVES**  
**ADVOGADO : FABIO MARINARI GONCALVES - SP356371**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ROBERTO PONTES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ROBERTO PONTES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2256268-32.2018.8.26.0000).

Inferre-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/13 e 155, § 4º, inc. II, do Código Penal (duas vezes).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a qual restou denegada em acórdão assim ementado:

*Habeas Corpus - Furto qualificado, Organização criminosa e crimes contra a ordem econômica - Pretensão de revogação da prisão preventiva - Impossibilidade. Presença dos requisitos da custódia cautelar - Despacho suficientemente fundamentado. Predicados pessoais que não socorrem o Paciente, incurso, em tese, em crime imbuído de gravidade em concreto, praticado em concurso de agentes.*

*Inviabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais.*

*Ausência de afronta ao princípio da presunção de inocência - Estado que detém os meios cabíveis para a manutenção da ordem pública, ainda que em detrimento da liberdade do cidadão, nos casos em que tal medida se mostrar necessária. Inviabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais.*

*Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada. (fls. 24/38)*

No presente *mandamus*, alega falta de fundamentação da decisão que decretou a custódia, por inexistência dos pressupostos necessários previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que a gravidade abstrata do delito não é suficiente para embasar o decreto prisional, e ressalta a suficiência de aplicação de alguma das medidas previstas no art. 319 do CPP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

